



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Draft da Ata Número Sessenta e Um**-----

----- Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

-----Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista. -----

-----Às doze horas e cinco minutos, a Senhora Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Preparação da 131ª reunião da AML (doc.1) -----
2. Lista de matérias e propostas pendentes (doc. 2 e doc. 3)-----
3. Novo formato para o Debate Temático sobre a Habitação - alteração da Deliberação---217/AML/2016 sobre a Proposta 001/PS e IND/2016 – (*documentos distribuídos na anterior reunião*).-----
4. Outros assuntos -----

Ponto 1: Preparação da 131ª reunião da AML -----

-----**A Senhora Presidente** deu início à reunião começando por informar que solicitara a reunião em curso sobretudo por causa do ponto 1 da ordem de trabalhos (doc. n.º 1) da reunião que iria ter lugar no dia seguinte, mais precisamente o debate de actualidade sobre “Solos contaminados em Lisboa”, esclarecendo que colocara no *site* as respostas da Câmara Municipal a dois requerimentos apresentados pelo PEV sobre a referida matéria, um relativo aos solos contaminados do Parque das Nações e o outro aos solos contaminados na zona do Campo das Cebolas.-----

-----Disse que a Câmara Municipal já havia dado uma resposta que o PEV tinha considerado insatisfatória, pelo que ficaria a aguardar pela realização do debate.-----

-----Lembrou que as 3.ª e 4.ª Comissões tinham pedido para acompanhar o assunto, mas que o que tinha proposto era que primeiro se realizasse o debate de actualidade e, na sequência do mesmo, se se achasse por bem, que se desse continuidade à sua análise, baixando o assunto às referidas Comissões.-----

-----Sugeriu a leitura da nova documentação que, entretanto, havia sido enviada pela Câmara, um memorando bastante desenvolvido relativo ao Requerimento n.º78 e uns relatórios relativos ao Requerimento n.º 79.-----

-----Salientou que a grelha era a K, a qual fixava cinco minutos para o partido proponente, que iniciaria o debate, e, durante o próprio debate, cinco minutos para cada um dos restantes grupos municipais e cinco minutos para a Câmara Municipal.-----

-----Esclareceu que o grupo municipal proponente teria assim dez minutos, cinco na abertura do debate e mais cinco para gerir durante o debate.-----



-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** perguntou se o tempo de que dispunha o grupo municipal proponente poderia ser utilizado de uma forma seguida, ou seja, se poderia usar os primeiros cinco minutos para fazer a apresentação do tema, e, logo de seguida, usar os restantes cinco minutos para colocar questões.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu afirmativamente, mas alertou no sentido de que nessa situação o proponente ficaria sem tempo para reagir a algo dito após a sua intervenção, pelo que talvez fosse prudente deixarem algum tempo dos segundos cinco minutos para poderem reagir ao que fosse dito pela Câmara Municipal ou pelos restantes grupos municipais.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** disse que ao ler o Regimento tinha ficado com dúvidas, tal como tinha ficado com dúvidas quanto ao momento em que a Câmara intervinha, pensando que seria no fim de todos os partidos.-----

-----**A Senhora Presidente** esclareceu que quando o Regimento nada dizia, a Câmara falava quando entendesse, no princípio, no meio, ou no fim do debate.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** retorquiu dizendo que no debate de actualidade sobre Monsanto proposto pelo Bloco de Esquerda, na sequência de uma proposta apresentada pela Câmara Municipal, em dois mil e quinze, o partido proponente abriu o Debate, com os outros grupos municipais a pronunciarem-se de seguida, e a Câmara depois, concluindo que o Bloco de Esquerda, por ainda dispor de tempo, acabara por encerrar o Debate.-----

-----**A Senhora Presidente** observou que o que a Senhora Deputada acabara de referir ia ao encontro do que tinha dito um pouco antes.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Moreno** informou que durante o fim-de-semana anterior a CCDR e a APA tinham divulgado uma posição relativamente à questão dos solos contaminados no Parque das Nações nas obras da CUF Descobertas e perguntou se a Assembleia Municipal já tinha conhecimento da mesma, concluindo que, no caso contrário, talvez fosse interessante providenciar-se no sentido de se ter esse conhecimento, que poderia ter impacto e interesse para o debate.-----

-----**A Senhora Presidente** comprometeu-se a falar com o Gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado sobre o assunto.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** perguntou se poderia haver cedência de tempo entre os grupos municipais.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que, em princípio, o Regimento previa cedência de tempo sem especificar grelhas, pelo que, não havendo qualquer norma a impedir a cedência de tempo, fariam como sempre haviam feito, recorrendo, caso assim o pretendessem, à cedência de tempo.-----

-----Abordou, de seguida, a questão do relatório do Parque de Monsanto, recordando que o mesmo ainda não tinha sido aprovado.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** explicou que o relatório ainda não estava, de facto, aprovado, mas que já o tinham enviado à Comissão, em agosto, ou setembro, apesar de ter constatado que o mesmo, à data da reunião da Comissão que tinha decorrido na sexta-feira anterior, ainda não tinha sido distribuído, o que levava à marcação de uma reunião para o efeito que iria ter lugar na quarta-feira seguinte.-----



-----Demonstrou ainda ter dúvidas relativamente à segunda sessão do debate e ao modelo que iriam seguir, perguntando se, correspondendo a mesma a um ponto da ordem de trabalhos duma reunião do Plenário, a Câmara Municipal, ou melhor, todos os vereadores, poderiam falar. Sublinhou que gostariam que ficasse salvaguardado que não fosse apenas o Senhor Vereador Sá Fernandes a apresentar a estratégia para o Parque Florestal de Monsanto, mas que todos os restantes vereadores, inclusive os da oposição, pudessem falar sobre o tema, concluindo que tal não acontecera na primeira sessão.-----

-----**A Senhora Presidente** salientou que tinham estado a incluir as sessões finais dos debates temáticos numa sessão normal da Assembleia Municipal e que nessas sessões normais a Câmara tinha um tempo de intervenção e o Senhor Presidente da Câmara, se quisesse, poderia ceder esse tempo a um ou mais vereadores, inclusive, aos da oposição, frisando que, no entanto, essa era uma decisão exclusiva da Câmara, não da Assembleia, nem da Mesa.-----

-----Referiu que, em princípio, era o Presidente da Câmara que intervinha, que era, aliás, o que estava previsto na Lei, mas que já tinha acontecido o Presidente ceder esse tempo a um vereador com pelouro.-----

-----Frisou que não poderia ser a Assembleia a definir quem é que intervinha e que os vereadores não se poderiam inscrever individualmente, tendo que ser a Câmara a fazê-lo, e, em particular, o seu Presidente, concluindo que o contrário poderia acontecer caso se tratasse de uma sessão de debate não incluída numa reunião normal de Assembleia.-----

-----Salientou que quando haviam apresentado a proposta para o Debate de Monsanto, em dezembro de 2015, tinham sugerido que em ambas as sessões pudessem estar previstas intervenções quer dos grupos municipais e do conjunto dos deputados independentes, quer das organizações e do público em geral. Deu o exemplo da discussão da 2.^a Circular.-----

-----**A Senhora Presidente** consultou o *site* da Assembleia Municipal e recordou que a proposta apresentada pelo PEV era a Proposta 1/PEV/2016, aprovada por unanimidade, salientando que a mesma previa a realização de uma primeira sessão com uma mesa composta por três oradores e uma segunda sessão na qual seriam apresentadas as conclusões através de um relatório final e eventuais recomendações a apreciar pela Assembleia Municipal.-----

-----Confirmou que em ambas as sessões estavam previstas intervenções dos grupos municipais e do conjunto de deputados independentes, organizações e público em geral.--

-----Constatou que, efectivamente, faltava marcar uma segunda sessão, destinada à apresentação do relatório com as conclusões, não integrada em reunião normal do Plenário, e que eventuais recomendações seriam apreciadas depois, como proposta de deliberação final, numa reunião normal da Assembleia, concluindo que se esse fora o modelo aprovado pela Assembleia, seria esse o modelo que teriam que seguir.-----

-----Assinalou que os relatórios nunca eram votados, mas que normalmente os mesmos continham uma proposta de deliberação que poderia estar consubstanciada numa recomendação ou numa moção. Frisou que os relatórios poderiam ser discutidos, alterados e que era a versão final do projecto de deliberação que era agendado e submetido à apreciação do Plenário em sessão normal.-----



-----Prosseguiu informando que o ponto 5 da ordem de trabalhos da reunião do dia seguinte iria ser adiado porque o relatório ainda não estava aprovado, como tinham acabado de constatar.-----

-----Explicou que apesar da Proposta n.º 763/CM/2016 já ter parecer aprovado teriam que ter em consideração a Proposta n.º 20/CM/2017 que retificava dois anexos da primeira, dois anexos do contrato, precisando que se tratava de simples retificações materiais, sem grande importância.-----

-----Sublinhou que a Câmara resolvera apresentar nova proposta, com um novo número, mas que não iria enviar a nova proposta para a Comissão, dando-lhe, apenas, conhecimento da situação.-----

-----De seguida, referiu o ponto 6.2. da ordem de trabalhos “Apreciação na generalidade do Projecto de Regulamento do Fundo Municipal – “Lojas com História” e do Projecto de Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção “Lojas com História”, os quais estavam anexos à Proposta n.º 632/CM/2016, afirmando que este ponto sim, levantava alguns problemas.-----

-----Informou que a questão da Distinção “Lojas com História” estava a ser objecto de discussão na Assembleia da República, e que estava a ser preparada uma lei sobre a matéria, estando o respectivo processo já na sua fase final, lei essa que serviria de norma habilitante aquando da elaboração do regulamento municipal.-----

-----Disse que na sua opinião não se deveria “fechar” o regulamento municipal sobre a matéria, embora também entendesse que o processo que já existia não se deveria desperdiçar em nome do princípio da economia processual, devendo considerar-se positivo e importante e, até, com eventual influência, na lei tudo o que até ali havia sido feito.-----

-----Defendeu, assim, que se fizesse uma discussão a dois tempos, prevista, aliás, no Regimento da Assembleia, e à qual já haviam recorrido relativamente a outros regulamentos; num primeiro tempo, far-se-ia uma discussão na generalidade, com eventual aprovação até, e, num segundo tempo, uma discussão na especialidade, mas nunca antes da promulgação da lei que estava em fase de processo de elaboração e aprovação na Assembleia da República.-----

-----Perguntou aos restantes senhores representantes o que pensavam relativamente à metodologia proposta.-----

-----Explicou que o Projecto de Regulamento do Fundo Municipal – “Lojas com História” poderia avançar, uma vez que se estava a falar de uma verba da Câmara Municipal de Lisboa, mas, obviamente, se todos estivessem de acordo.-----

-----Acrescentou que não se tinha apercebido da Comissão ter feito quaisquer propostas de alteração ao projecto, pelo que, provavelmente, poderia o mesmo ser “validado” pela Assembleia.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** perguntou qual era a posição do Senhor Vice- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a matéria em apreço.---

-----**O Senhor Vice- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Duarte Cordeiro**, transmitiu aos presentes que o entendimento da Câmara de Lisboa era o de que a Distinção de “Lojas com História” permitia dar um determinado tipo de apoio



estritamente ao nível do Município, desde logo, dava a possibilidade de se candidatarem ao “Fundo” que, simultaneamente, representava também um apoio da Câmara Municipal.

-----Explicou que a Lei iria dar às referidas lojas uma protecção a outro nível, observando que o que a Senhora Presidente da Assembleia estava a querer dizer era que por uma questão de lógica e de economia processual deveriam aguardar pela publicação da Lei da Assembleia da República uma vez que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal perderiam menos tempo aquando do processo de adequação do seu regime próprio ao regime legal.

-----Disse que não lhe fazia sentido retirar a proposta uma vez que não tinham a certeza que fosse haver uma grande diferença entre o que a Lei e o Regulamento iriam prever, até porque a ideia que tinham era que o regulamento estava a servir de inspiração à Lei.

-----Acrescentou que para além do que acabara de dizer interessava ter em conta a prática seguida em Lisboa, que reputava, aliás, de muito útil, a vários níveis, a qual consistia na possibilidade de retificarem em sessão de Câmara as alterações feitas aos regulamentos pela Assembleia Municipal.

-----Explicou que, nesse sentido, se o objectivo da não aprovação imediata era o da economia processual, não faria sentido retirar a proposta, mas sim aguardar.

-----Frisou que a aprovação imediata iria permitir que as lojas comesçassem a candidatar-se, de imediato, à distinção de “Lojas com História”, que se candidatassem, de imediato, ao “Fundo”, mas sublinhou que tal não evitaria a alteração do Regulamento, aquando da alteração legislativa, pelo que ao aguardarem pela alteração da Lei estariam a poupar-se a trabalhos maiores e a maiores perdas de tempo.

-----**A Senhora Presidente** explicou que o que estava previsto na Lei e não poderia ser feito pela Assembleia Municipal eram discriminações positivas em relação às entidades, não só às lojas, mas também a entidades não lucrativas, que fossem consideradas e distinguidas pelos municípios nos respectivos regulamentos como “lojas com história”.

-----Concretizou que essa discriminação positiva era feita quer ao nível do arrendamento urbano, e, em particular, ao nível do contrato de arrendamento, quer ao nível do regime de obras em prédios arrendados.

-----Salientou que se não fosse feita essa discriminação positiva, as lojas poderiam ser distinguidas como “Lojas com História”, mas, na prática, não se iriam manter porque o mercado de arrendamento acabaria por destruir a sua condição.

-----Precisou que a Lei, na sua disposição final, estabelecia uma medida transitória que se traduzia no facto das entidades que já tivessem sido distinguidas pelos municípios ao abrigo de procedimentos anteriores poderiam ser “ratificadas” pelos mesmos para poderem usufruir dos benefícios existentes, caso contrário perdê-los-iam.

-----Prosseguiu dizendo que das recomendações apresentadas pelas comissões transformara uma delas em moção dirigida directamente à Assembleia da República, esclarecendo que ao invés de se recomendar à Câmara de Lisboa que se dirigisse ao Governo sobre a referida matéria, iriam dirigir directamente à Assembleia da República uma moção, até porque aquele era um assunto que não estava nas mãos do Governo.

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** disse que poderiam ir avançando com o Regulamento, desde logo porque parecia não haver grandes



contradições ente o mesmo e a Lei, mas perguntou se o processo estava muito atrasado na Assembleia da República.-----

-----**A Senhora Presidente** disse que era coordenadora do grupo de trabalho que estava a tratar da matéria na Assembleia da República e que estava por dentro do processo, pelo que podia informar que já tinham sido apresentadas propostas de alteração na especialidade e que a combinação que tinha feito com os restantes partidos que faziam parte do grupo de trabalho era “fecharem” o assunto durante o mês de fevereiro e agendá-lo de seguida, concluindo que não poderia garantir que tal fosse cumprido, mas que garantia que essa era a vontade de todos, até porque já estavam com aquele assunto desde de maio do ano anterior.-----

-----Explicou a demora do processo com o facto de terem procedido à audição de várias entidades.-----

-----**O Senhor Vice- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** transmitiu que a Câmara Municipal decidira avançar, antes de ter regulamento aprovado, em duas fases, com a classificação do que considerava ser o núcleo duro, sendo que a primeira decorrera em julho e a segunda iria ter lugar no presente.-----

-----Precisou que oitenta lojas ficariam logo classificadas, sendo uma classificação administrativa, e que todas as restantes, por um critério de igualdade, ficariam sujeitas a um regulamento o qual iria permitir que qualquer loja se pudesse candidatar no futuro.-----

-----Frisou que havia uma transição automática das oitenta, sendo que as restantes poderiam beneficiar do regime estabelecido no Regulamento.-----

-----**A Senhora Presidente** propôs que os dois regulamentos fossem apreciados na generalidade, sendo que o relativo ao “Fundo” poderia ser apreciado na especialidade e ser objecto de votação final, enquanto que o relativo à Atribuição da Distinção “Lojas com História, caso fosse aprovado na generalidade, baixaria às 2.º e 7.ª Comissões no sentido de expurgarem qualquer questão que tivesse que aguardar pela publicação da Lei, fazendo continuar o processo de elaboração do Regulamento com a redacção que entendessem a fim de ser aprovado de imediato.-----

-----Alertou para a circunstância de, posteriormente, ter que se adaptar o que já existia à Lei que fosse aprovada, explicitando que o que a Lei iria dispor era que qualquer entidade poderia propor-se desde que obedecesse aos critérios legislativos, sendo que os critérios da Lei não eram de todo incompatíveis com os do Regulamento Municipal.-----

-----Informou que a versão inicial do projecto de lei não definia quaisquer critérios, dizendo apenas que era a Divisão Geral do Património Cultural que validaria os critérios, mas que na versão que estavam a trabalhar naquele momento os critérios previstos eram muito parecidos e compatíveis com os propostos no Projecto de Regulamento, para além da Lei, ela própria, prever que os municípios pudessem depois densificá-los e adaptá-los.-----

-----Disse que no dia seguinte veriam como é que preferiam fazer, sendo que o Regulamento para avançar teria que ser aprovado na generalidade.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** disse ser a favor da aprovação na generalidade do Projecto de Regulamento em causa, deixando para mais tarde os acertos que necessariamente teriam que fazer após a publicação da Lei.-----

-----**A Senhora Presidente** disse que iria solicitar uma leitura cuidadosa por parte das 2.ª



e 7.^a Comissões em termos de especialidade no sentido de proporem que fossem retiradas algumas normas que pudessem conflitar com o proposto na Lei, concluindo que esse procedimento garantiria uma maior segurança para todos.-----

-----Todos os restantes membros da Conferência concordaram com o procedimento descrito.-----

-----Terminou reiterando que relativamente à Recomendação sobre as Lojas com História separara o que era para a câmara Municipal e o que poderia ser deliberado e dirigido directamente à Assembleia da República via moção.-----

-----Disse que a situação contrária tornaria o processo mais longo uma vez que se estaria a recomendar à Câmara que recomendasse ao Governo, o qual não fazia sequer parte do processo, pelo que entendia que a Assembleia Municipal deveria dirigir-se directamente à Assembleia da República.-----

-----Comprometeu-se a dar a referida informação às Senhoras Presidentes das 2.^a e 7.^a Comissões.-----

-----**Pontos 2 e 3: Lista de matérias e propostas pendentes** -----

-----**A Senhora Presidente** prosseguiu referindo-se às matérias pendentes (docs. n.ºs 2 e 3) informando que resolvera adotar um procedimento que teria que ser articulado com os presidentes das comissões e com o NAC – Núcleo de Apoio às Comissões- numa reunião que iria decorrer na semana seguinte.-----

-----Explicou que fizera um documento à parte (doc. n.º 3) distinto do que continha a listagem das matérias e propostas pendentes (doc. n.º 2) no qual se encontravam discriminadas as matérias e as propostas pendentes nas Comissões.-----

-----Mencionou a importância que o referido procedimento teria para o agendamento das matérias nas Comissões, desde logo porque havia um documento que estava organizado por assuntos e datas, mas também por comissões, permitindo ao NAC alertar as mesmas para as matérias cujo prazo de análise estivesse a expirar.-----

-----Salientou que, por vezes, as comissões avançavam com algumas iniciativas prejudicando a execução dos despachos que exarava, não apresentando sequer pedidos de prorrogação de prazo, o que dificultava muitas vezes o agendamento de propostas.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Casimiro** levantou uma questão relacionada com as reuniões das comissões e com o horário em que as mesmas se realizavam, em particular com as da 1.^a Comissão.-----

-----Frisou que continuavam a reunir em duas fases do mesmo dia, ao meio dia, meio dia e meio e às dezoito horas, dezoito e trinta, passando muitas vezes praticamente o dia inteiro na Assembleia.-----

-----Apelou a que reunissem apenas às dezoito e trinta, salientando que compreendia que em algumas situações como era o caso da apreciação do Orçamento da Câmara, dada a urgência que existia normalmente nessa apreciação, pudessem ser marcadas reuniões de manhã e à tarde, mas que em relação à maioria delas tal não se justificava.-----

-----Deu o exemplo do relatório da monitorização cuja apreciação iria ser feita em reunião marcada para o meio dia e meio do dia seguinte, uma matéria que não estava agendada para a sessão da Assembleia Municipal do dia seguinte.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que já tinha colocado o problema à Senhora



Presidente da 1.^a Comissão e que a mesma lhe dissera que as reuniões no período da manhã só se realizavam porque havia acordo nesse sentido no seio da Comissão, pelo que entendia que se havia acordo não deveria ser a Conferência a propor que se agisse de forma diferente.-----

-----Disse que ainda não reunira com os presidentes das comissões, que provavelmente iria fazê-lo no dia sete e que nesse momento iria explicar que quando marcava um prazo ele era meramente indicativo e não obrigatório. Acrescentou que tinha competência para marcar prazos, mas que não poderia impô-los, até porque o cumprimento dos prazos dependia do volume e do ritmo de trabalho.-----

-----Referiu que a comissão poderia querer efectuar mais diligências do que as que propunha, pelo que tal deveria ser articulado, não tendo havido até àquele momento essa ligação.-----

-----Salientou que a 1.^a Comissão era muito escrupulosa em relação ao cumprimento dos prazos, sendo que era a comissão que tinha mais reuniões.-----

-----Frisou que seria perfeitamente possível solicitar a prorrogação dos prazos de análise, sem que daí resultasse qualquer problema.-----

-----Informou que as referidas listagens de matérias e propostas pendentes por comissões passariam a estar disponíveis no *site* da Assembleia Municipal, na área correspondente à Conferência de Representantes. Acrescentou que o NAC iria passar a enviar a referida listagem aos presidentes das comissões, alertando para o eventual término do prazo e para a eventual necessidade das mesmas solicitarem mais prazo.-----

-----Lembrou que todas as situações que exigiam urgência na respectiva análise eram tratadas em sede de Conferência de Representantes.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Casimiro** frisou que por vezes havia uma má gestão do trabalho das comissões, reiterando não se justificar em muitas situações que os membros das Comissões tivessem que se deslocar à Assembleia ao final da tarde quando já lá tinham estado ao meio dia.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** confessou que já havia levantado a mesma questão e referiu que ainda que admitindo existir efectivamente acordo quanto à realização de duas reuniões em diferentes períodos do dia, o que era certo é que o partido a que pertencia não estava representado na 1.^a Comissão e nas reuniões conjuntas da 1.^a Comissão não tinha oportunidade de se pronunciar.-----

-----Defendeu que agendar uma reunião de comissão para uma hora próxima da reunião de Plenário criava problemas principalmente para os grupos de menores dimensões, uma vez que precisavam de tempo para ler as propostas que iriam ser discutidas pelo Plenário.-----

-----Disse concordar com o que fora dito pelo Senhor Deputado José Casimiro quanto ao relatório de monitorização.-----

-----**A Senhora Presidente** recordou que aquando da elaboração do Regimento propusera uma metodologia semelhante à que existia na Assembleia da República, na qual havia para além da Conferência de Representantes uma Conferência de Presidentes das Comissões, mas que tal proposta não fora aceite.-----

-----Acrescentou que por essa razão essa situação não fora prevista no Regimento, não estavam previstas as reuniões e, conseqüentemente, o direito a senha de presença, mas



que a articulação entre os presidentes das comissões era fundamental, sobretudo quando se chegava a uma fase de trabalho em que muitas comissões estavam a trabalhar matérias conjuntas.-----

-----Referiu que não tinha qualquer dificuldade em reunir com os presidentes das comissões, em todas as semanas em que houvesse conferência, no dia seguinte, meia hora antes de começar a sessão de Plenário, para acertar os pontos relativamente aos quais houvesse essa necessidade.-----

-----Disse considerar suficiente que as referidas reuniões tivessem uma periodicidade mensal.-----

-----Lembrou o compromisso que já tinha assumido em não agendar matérias cujos pareceres só estivessem prontos na semana da realização da sessão em que iriam ser discutidos.-----

-----Transmitiu que para além do agendamento de uma segunda sessão para o Debate sobre Monsanto pretendia ainda, de acordo com o que fosse combinado com a 1.ª Comissão, agendar durante o mês de fevereiro uma sessão extra sobre o Regulamento do Património que se encontrava naquele momento em fase de discussão pública.-----

-----Disse que o Regulamento aprovado pela Câmara Municipal não era ainda a versão final e, ainda, que tinha combinado com a Assembleia da República que a mesma acompanharia o referido assunto.-----

-----Informou que tinha recebido uma reclamação do PSD relativamente ao acompanhamento pela Assembleia Municipal sobre o processo da 2.ª Circular.-----

-----Frisou que estivera a verificar o que tinha sido deliberado sobre o assunto e lembrou que na sequência dessa deliberação exarara despacho no sentido do mesmo ser acompanhado pelas 3.ª, 5.ª e 8.ª Comissões, pelo que as mesmas deveriam combinar que pretendiam fazer relativamente à 2.ª Circular.-----

-----Comprometeu-se a abordar o assunto na reunião que iria realizar com os presidentes das comissões.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** salientou que em sede de Conferência ficara decidido que o assunto seria acompanhado pelas comissões que tinham acabado de ser mencionadas, mas também pelos grupos não representados nas mesmas.--

-----**A Senhora Presidente** confirmou que o que o Senhor Deputado acabara de dizer constava, efectivamente, da deliberação, mas que o problema é que ninguém havia tomado qualquer iniciativa.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** perguntou se havia alguma novidade relativamente ao Regulamento do Arvoredó.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que havia tido uma reunião com a Senhora Deputada Sofia Cordeiro em que era suposto ter estado o Senhor Vereador o que não chegara, no entanto, a acontecer. Acrescentou que o Senhor vereador não pretendia reformular a proposta e que o que propusera à Senhora Presidente da 4.ª Comissão tinha sido submeter à consideração da Conferência uma metodologia que passaria por se alterar o Regulamento e sublinhou que a Assembleia Municipal tinha esse poder.-----

-----Referiu que a proposta não tinha sido devolvida, estava ainda na Assembleia, e poderia ser alterada.-----



-----Disse estar apenas a aguardar que a Senhora Presidente da 4.^a Comissão formalizasse a sua concordância com o proposto, de forma a que pudessem colocar por escrito e enviar para a 4.^a Comissão a fim da mesma poder discutir o assunto.-----

-----Salientou que poderiam reformular o Regulamento tornando bem claro o que era da competência da Câmara Municipal de Lisboa e o que era competência das freguesias.-----

-----Sugeriu a criação de um espaço de consulta às freguesias, sublinhando que o mesmo não era obrigatório, mas que, naquele caso concreto, seria muito importante que enviassem a proposta reformulada às vinte e quatro freguesias para que elas se pronunciassem, que recolhessem todas as respostas dadas, que fizessem uma nova redacção tendo em conta essas respostas, concluindo que só depois é que agendariam.-----

-----Frisou que não adiantaria devolver a proposta à Câmara porque a Câmara não iria fazer outro regulamento.-----

-----Chamou a atenção para a circunstância do problema não ser jurídico, mas político, e reiterou que a Assembleia tinha capacidade política para fazer o expurgo do que estava a criar dificuldades às freguesias.-----

-----Disse ter percebido que havia um ponto de conflito, mais precisamente o abate de árvores-----

-----Explicou que o abate de árvores era da competência da Câmara e, nas freguesias, do presidente da junta, com base no relatório fitossanitário, sublinhando que o conflito derivava da circunstância do relatório ser feito pelas mesmas empresas a quem as juntas concessionavam o trabalho, pelo que se as empresas fizessem mais abates, ganhariam mais dinheiro. Acrescentou que esse seria um problema que teria que ser resolvido devendo ser dito, algures, no Regulamento que os relatórios não poderiam ser feitos pela mesma entidade que tivesse realizado o trabalho.-----

-----Sublinhou que a entidade fiscalizada não poderia ser a entidade fiscalizadora.-----

-----Deu nota de que não seria muito complicado ter um regulamento com vários níveis de intervenção, dizendo que havia muita legislação que definia o que era competência do Estado e o que era competência dos municípios, o que poderia ser feito igualmente na questão em apreço.-----

-----Manifestou que com um pouco de bom senso conseguiriam trabalhar um texto rapidamente, submetê-lo à apreciação da Comissão e, por fim, enviá-lo às juntas.-----

-----Lembrou que a competência para aprovar regulamentos ao nível das freguesias pertencia às respectivas assembleias, pelo que as juntas deveriam ouvir as mesmas concluindo que, no entanto, gostaria de saber se os restantes membros da Conferência consideravam a metodologia excessiva.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** observou que se recorressem ao método proposto, a aprovação não seria, certamente, rápida.-----

-----**A Senhora Presidente** explicou que a sua ideia era fazer uma consulta às freguesias, dando-lhes um prazo de quinze dias, três semanas para que se pronunciassem sobre o assunto.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** lembrou que as freguesias haviam sido consultadas durante a fase da elaboração do Regulamento em causa.-----

----- **A Senhora Presidente** disse saber que sim, mas que dado tratar-se de um problema



que envolvia as freguesias, por ter sido um presidente de junta a levantá-lo na Assembleia Municipal e por ter sido deliberado em sessão da Assembleia que não se aprovasse a proposta de regulamento, entendia que as freguesias tinham uma responsabilidade política no parar do processo, concluindo que o que não queria era que o processo ficasse parado na Assembleia Municipal.-----

-----Prosseguiu, referindo a questão do Plano Hospitalar para informar que havia falado pessoal e directamente com o Senhor Ministro no sentido do mesmo se deslocar à Assembleia Municipal de Lisboa, porque já tinha recebido vários nãos da Senhora Presidente da ARS.-----

-----Perguntou aos restantes membros se fazia sentido o convite ao Senhor Ministro para dar a informação devida não em sede de Plenário, mas na 6.ª Comissão e na Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse que nada tinham a objectar, até porque preferiam ouvir quem decidia.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** expressou em relação a uma matéria que reputou de contraditória que gostaria de ouvir o Senhor Ministro, sublinhando que, no entanto, tudo estava já decidido.-----

-----Sublinhou que as respostas estavam a ser dadas de forma escondida, que as perguntas é que contavam porque as respostas eram contextuais no tempo, podendo ser dadas de forma enrolada, embrulhada ou ensaiada.-----

-----Expressou que gostaria de ouvir o Senhor Ministro a dizer “*Sim, sim, vamos liquidar todas as instituições hospitalares na Colina de Santana*” e que preferia ouvir de uma só vez do que ir ouvindo “*peça a peça*”.-----

-----Deu a pediatria do Hospital da Estefânia como exemplo de um dos serviços que também iriam acabar, sublinhando que todos eles se encontravam instalados em bons terrenos e que em relação a alguns deles até já havia projecto de arquitectura.-----

-----Acrescentou que já estava tudo preparado e que a Câmara Municipal nalguns casos era “barriga de aluguer”, noutros facilitadora, ainda que não fosse a principal responsável.-----

-----**A Senhora Presidente** abordou uma segunda questão dizendo que havia sido contactada pelo arquitecto que estava a coordenar o PAT da Colina de Santana, o qual lhe havia dito que se encontrava à espera de orientações da Tutela, mas que estava disponível para se deslocar à Assembleia Municipal a fim de transmitir o que já havia sido feito.-----

-----Perguntou se preferiam ouvir primeiro o Senhor Ministro ou o Senhor Arquitecto, esclarecendo que considerava preferível que se ouvisse primeiro o Arquitecto sobre o PAT, colocando-se, de seguida, as perguntas ao Senhor Ministro.-----

-----Informou que o coordenador da Colina de Santana far-se-ia acompanhar por um representante da Estamo que era o dono da obra, o qual também estava interessado em apresentar as suas queixas.-----

-----Sublinhou que quer ao Senhor Ministro, quer ao Senhor Arquitecto Bruno Soares havia dito que a Assembleia Municipal tinha uma posição muito dura, muito inflexível no sentido da manutenção dos hospitais da Colina de Santana, pelo que se previa alguma dificuldade na conversa.-----

-----Considerou fundamental conhecerem as posições uns dos outros, salientando que a



posição da Assembleia Municipal era politicamente importante e não deveria ser ignorada.-----

-----Disse que tanto quanto sabia ainda não tinha avançado o concurso relativamente ao Hospital Oriental de Lisboa pelo que já não haveria hospital no mandato em curso, mas sublinhou que seria importante saber o que é que iria haver para além disso.-----

-----Acrescentou que ao nível da rede de cuidados primários havia acordos com vários municípios, entre os quais o de Lisboa, no sentido de se reforçar a Rede, com a Câmara de Lisboa a disponibilizar espaços e a colaborar como outros municípios, até na área de construção de mais equipamentos.-----

-----Reputou de grande utilidade que nas duas reuniões estivessem quer o Senhor Vereador qui tinha o Pelouro da Saúde, João Afonso, quer a Senhora Dra. Teresa Craveiro que tinha sido a responsável pelo Perfil Nacional de Saúde e pelo Plano Nacional de Saúde, salientando que ambos tinham muito mais informação técnica que a Assembleia municipal.-----

-----Proseguiu, dizendo que fora aprovado o Plano de Desenvolvimento Social pela Rede Social de Lisboa, a qual tinha quatrocentos e vinte e cinco entidades.-----

-----Salientou que o Plano fora aprovado por unanimidade e que era um trabalho feito pela Câmara Municipal, sob coordenação da Senhora Dra. Teresa Craveiro.-----

-----Acrescentou que apesar da Lei não o exigir, o Plano havia sido confirmado pela Câmara Municipal, concluindo que também seria de grande utilidade que a Assembleia o conhecesse e que, eventualmente, se pronunciasse sobre o mesmo, ainda que não tivesse que o aprovar.-----

-----Sugeriu que se abordasse o assunto num debate de actualidade ou noutra semelhante.-----

-----**O Senhor Deputado Carlos Silva Santos** observou que não sendo uma matéria directa, era uma matéria indirecta, salientando que a situação do Município de Lisboa estava em desfavor, mas, ao mesmo tempo, em favor com os restantes municípios portugueses.-----

-----Declarou que a Segurança Social não assumia, antes transferia responsabilidades para a Santa Casa, que a Santa Casa dizia que andava a contar os sem-abrigo e, assim, sucessivamente, ou seja, que ninguém assumia responsabilidades, concluindo que havia muita confusão que interessava a muita gente, que havia uma desresponsabilização que importava clarificar, que se tinha que assumir quem era quem.-----

-----**A Senhora Presidente** garantiu que o Plano de Desenvolvimento Social, para cada medida e para cada acção, identificava o responsável, uma exigência feita logo à cabeça, frisando que umas vezes o responsável era a Câmara, outras a Santa Casa, outras o Instituto da Segurança Social, outras entidades não governamentais.-----

-----Reiterou a ideia que se poderia recorrer a um debate de actualidade para que fosse feita uma apresentação do assunto e para que houvesse uma primeira reacção, e só depois, caso assim o entendesse, a 6.ª Comissão aprofundaria a matéria, concluindo que aquele seria, certamente, um processo complexo e moroso.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra** disse que gostaria de deixar registada a sua surpresa enquanto membro da Comissão de Acompanhamento da Colina



de Santana porque era a primeira vez que ouvia falar que o arquitecto Bruno Soares era o coordenador do Plano.-----

-----Disse que havia reunido, dois anos antes, com o Senhor Arquitecto Eduardo Capelo, com o Senhor Vereador Manuel Salgado, que tinham visto o Plano inicial da Colina de Santana, da autoria da Senhora Arquitecta Inês Lobo, e que, naquele momento, dois anos depois lhe estavam a dizer que havia um coordenador indigitado pela Câmara Municipal---

-----Perguntou se a coordenação começara da estaca zero, o que é que o Arquitecto Bruno Soares tinha coordenado até ao momento em que se encontravam, e com quem estava a coordenar, e registou, de novo, a sua surpresa e o seu desagrado pela situação.-----

-----**A Senhora Presidente** esclareceu que a iniciativa não fora sua, que fora o Senhor Arquitecto Bruno Soares a contactá-la e que era precisamente por não conhecer o trabalho que o mesmo estava a fazer que vira com bons olhos a possibilidade do seu trabalho ser revelado à Assembleia Municipal.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** perguntou quando é que estava previsto ser-lhes enviado o Plano Social.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que o Plano já estava aprovado pela Câmara, que já devia estar no respectivo *site*, mas que iria pedi-lo de imediato.-----

-----Prosseguiu referindo-se à questão do Debate Temático sobre Habitação, lembrando que havia sido expresso o entendimento de que não se avançaria para qualquer debate sem “fechar” os que estivessem em curso.-----

-----Perguntou se mantinham esse entendimento ou se poderiam começar a preparar o referido Debate.-----

-----Recordou que havia proposto um modelo de debate mas que não tinha havido tempo para o discutir, um modelo que consistia em concentrar a sua realização num fim-de-semana, o que na altura lhe parecera não ter sido do agrado de muitos.-----

-----Sugeriu que o mesmo fosse feito em dois finais de tarde, uma noite ou duas.-----

-----Sublinhou que a maior parte das assembleias municipais reuniam à noite, mas que a de Lisboa não seguia essa prática.-----

-----Reconheceu que um dos inconvenientes poderia ser o trânsito que normalmente havia nos finais de tarde o que poderia dificultar que as pessoas chegassem a horas ao Debate, concluindo que, no entanto, poder-se-ia fazer a experiência.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva** Santos disse concordar com as afirmações da Senhora Presidente, mas que poderiam ensaiar a hipótese de debate às vinte e uma horas, concluindo que, no entanto, o Debate não deveria ocorrer num dia em que já estivesse agendada reunião do Plenário.-----

-----**A Senhora Presidente** sugeriu que o Debate fosse feito numa sexta-feira, uma vez que as pessoas não teriam que trabalhar no dia seguinte ou, então, numa segunda- feira.---

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva** concordou com o proposto.-----

-----**A Senhora Presidente** referiu que ia tentar fazer duas sessões durante o mês de março.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** sugeriu que se convidasse alguém para fazer a primeira parte.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que a ideia era mesmo essa, ter nas duas sessões,



não um painel com muita gente a falar, mas ter uma pessoa esclarecida sobre o assunto, a qual faria a introdução, a cuja intervenção se seguiria a do público.-----

-----Salientou que teria que haver alteração do formato, que teria que haver nova deliberação da Assembleia nesse sentido, uma vez que tinham aprovado anteriormente um formato diferente.-----

-----**Ponto 4: Outros assuntos**-----

-----Prosseguiu, referindo-se a um assunto que considerava ser de grande importância, mais precisamente às atas que frequentemente recebia da Área Metropolitana de Lisboa, as quais, muitas vezes, não eram acompanhadas dos respectivos anexos.-----

-----Recordou que, meses antes, a Área Metropolitana de Lisboa começara a ter competências muito importantes em matéria de transportes tendo que tomar uma série de decisões, as quais, não obstante chegarem ao conhecimento da Assembleia Municipal, não chegavam, contudo, nas melhores condições, uma vez que não eram acompanhadas dos devidos anexos.-----

-----Informou que a proposta mais relevante que havia sido aprovada pelo Conselho Metropolitano, a qual iria fazer distribuir por todos os senhores deputados, era relativa aos tarifários.-----

-----Frisou que a Área Metropolitana de Lisboa que era responsável pela fiscalização do aumento de tarifários se queixava de não ter cumprido os prazos por não ter recebido os documentos em tempo, pelo que, naquele momento, sem qualquer responsabilidade da parte da Área Metropolitana de Lisboa, havia um incumprimento formal por parte dos operadores no que concernia aos títulos próprios e combinados, estando, assim, todo o tarifário numa situação de ilegalidade, concluindo que tal situação era de enorme gravidade.-----

-----Disse que iria fazer baixar a proposta à 8.^a Comissão para saber o que a mesma tinha a dizer sobre o assunto e se pretendiam que a Assembleia se pronunciasse, eventualmente, num debate de actualidade ou específico, apresentando, se assim o entendessem, uma recomendação.-----

-----Precisou que o Conselho Metropolitano de Lisboa, com base em documento aprovado pela Comissão Executiva no qual a mesma reconhecia que os procedimentos legais não estavam a ser cumpridos, deliberara no sentido de solicitar ao Governo uma reunião urgente para análise e esclarecimento, de solicitar à Autoridade de Mobilidade e Transportes emissão de parecer urgente sobre eventual incumprimento normativo e, na eventualidade de emissão de parecer que confirmasse o incumprimento, notificar administrativamente os operadores para a necessidade de fundamentação dos aumentos tarifários superiores a 1,5%, título a título.-----

-----Solicitou à Dra. Alexandra Casanova, sua assessora, que fizesse distribuir por todos os representantes o memorando que havia feito, chamando a atenção para o último edital, o qual deveria seguir também para a 8.^a Comissão.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** observou que uma vez que também estava em discussão a questão dos passes combinados seria importante que também a 6.^a Comissão analisasse o assunto.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que numa primeira análise que era muito



especializada, relativa a toda a legislação específica de transportes, fazia sentido o assunto ser analisado apenas em sede de 8.ª Comissão, sublinhando que o Senhor Deputado poderia estar presente, concluindo que, depois, caso se verificasse tal necessidade, o assunto poderia baixar à 6.ª Comissão.-----

-----Disse, por fim, que também conviria estarem atentos ao que a Assembleia da República iria decidir sobre a Carris.-----

-----Informou que iria fazer um voto de pesar relativamente a Mário Ruivo, acrescentando que, certamente, todos estariam disponíveis para o subscrever.-----

-----Transmitiu que já havia feito diligências junto do Ministério do Mar e do Senhor Presidente da Câmara de Lisboa no sentido da Cidade assinalar a figura de Mário Ruivo.--

-----Referiu estarem a analisar uma proposta interessante, que teria que ser analisada pela Comissão de Toponímia, relacionada com um conjunto de edifícios sítos no Cais do Sodré, onde se encontrava o da Agência Europeia para a Segurança Marítima, cujo projecto era da autoria do Arquitecto Manuel Tainha.-----

-----Afirmou que, no entanto, poderiam não fazer no voto referência exata ao local, mas ir procurando um que se adequasse ao trabalho que o mesmo havia feito, a tudo por que havia lutado tendo em consideração o papel importante que havia tido na Expo 98, ao que havia feito por Portugal e pelos Oceanos.-----

-----Terminou, dizendo que poderiam deixar a questão do local em aberto, mas solicitando à Câmara que estudasse uma localização adequada ligada, obviamente, ao mar.

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-----1. Convocatória da 131ª reunião da AML e respetiva Ordem de Trabalhos (doc.1)---

----- 2. Matérias e propostas pendentes em 27 de janeiro de 2017 (doc. 2) -----

----- 3. Matérias e propostas pendentes nas Comissões em 27 de janeiro de 2017 (doc. 3) -

----- 4.Documentação relativa à Área Metropolitana de Lisboa (atas e Edital n.º 3/CML/2017)

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa presentes na reunião -----

A Presidente _____

A Segunda-Secretária _____